

**A dinâmica das organizações turísticas e o consumo de água em
São Luís (MA) e Belém (PA)**

DOI: 10.2436/20.8070.01.138

Eduardo Lima dos Santos Gomes
Doutorado em Ciências Socioambientais, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
(NAEA), Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará, (UFPA), Brasil.
E-mail: egomes@ufpa.br

Ligia Teresinha Lopes Simonian
Doutorado em Antropologia pela Cuny University, Professora Titular do Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), Brasil
E-mail: simonianl@gmail.com

Resumo

Este artigo discute os limites e as possibilidades do recurso natural água tornar-se oportunidade de vantagem competitiva no setor de turismo, particularmente nas organizações turísticas de meios de hospedagem. Nessa perspectiva, surgem os questionamentos acerca do lugar e do papel destas organizações turísticas no cenário político e socioambiental da água. Com isso, o objetivo foi analisar em que medida as implicações do consumo de água posicionam as organizações turísticas de meios de hospedagem de São Luís (MA) e Belém (PA), na formulação de estratégias de sustentabilidade para a eco-inovação. Para tal, este artigo baseia-se numa revisão de literatura sobre a abordagem do desenvolvimento sustentável na via para a sustentabilidade da água no setor de turismo. Com base na revisão de literatura, uma hipótese foi sugerida e testada na parte empírica por meio de uma análise da dinâmica das organizações turísticas concernente às implicações do consumo de água nestas duas cidades amazônicas. A metodologia teve a orientação interdisciplinar entre a economia e a antropologia, por meio do desenvolvimento da pesquisa qualitativa de tipo exploratória, descritiva e explicativa com o procedimento do estudo de caso de caráter múltiplo. Para isso, utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada com a aplicação do instrumento formulário. Esta análise baseia-se em dados obtidos por meio de entrevistas-formulário realizadas aos gestores das organizações turísticas e concessionárias de água. Os resultados obtidos mostram que as estratégias adotadas pelas organizações turísticas são meramente paliativas diretamente proporcionais à otimização de custos financeiros. Com isto, salienta-se a importância da questão da água para a pesquisa, principalmente em face às possibilidades de crescente crise hídrica e, no setor de turismo, a água pode ser uma oportunidade de estratégia de sustentabilidade

para a eco-inovação, promovendo o turismo responsável e inteligente.

Palavras-chave: Dinâmica das organizações turísticas. Consumo de água. São Luís (MA). Belém (PA).

1 INTRODUÇÃO

A questão da água é uma preocupação mundial e um problema visível em todas as estruturas econômicas dos países, principalmente quanto ao condicionamento referente à sua disponibilidade e uso, o qual implica em restrições no fornecimento proveniente da extrapolação da capacidade de distribuição normal pelas concessionárias, muitas vezes motivadas pelo aumento exponencial do consumo perdulário.

Esse cenário promove uma vulnerabilidade, tanto para os usuários residenciais quanto para os usuários comerciais. Assim, tem-se a “água” como uma necessidade vital para a humanidade e para a dinâmica da economia capitalista. Então, esse recurso torna-se um desafio para a sustentabilidade do ambiente e para a sobrevivência humana.

Pode-se verificar que a questão da água está presente nas agendas políticas, a exemplo, os fóruns mundiais, que foram criados, em 1996, pelo Conselho Mundial da Água, com o propósito de estabelecer compromissos políticos e agendas mínimas acerca dos recursos hídricos. Com isso, salienta-se que aconteceu no Brasil, no período de 18 a 23 de março de 2018, o 8º Fórum Mundial da Água (WORLDWATERFORUM, 2018, não paginado).

Nesse âmbito, faz-se necessário destacar, conforme a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE, 2016), o Programa Green Key, criado durante o ano de 2015, denominado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano decisivo para a sustentabilidade. Esse Programa tem como objetivo reconhecer as operações sustentáveis e responsáveis no setor de turismo. Ademais, representa o compromisso das organizações turísticas, na adesão e cumprimento dos critérios rigorosos estabelecidos internacionalmente pela “Foundation for Environmental Education” (FEE).

De acordo com o Programa, o setor de turismo constitui um importante componente do desenvolvimento sustentável e, com isso, os critérios do Green Key contribuem para os objetivos estipulados pelas Nações Unidas, por meio do crescimento econômico verde, produção e consumo sustentáveis e o uso sustentável dos recursos naturais.

Em relação à água, no setor de turismo, Gossling (2015) sinaliza que nas organizações turísticas, principalmente os de meios de hospedagem, entretenimento e alimentação, o consumo é intenso. Desta maneira, percebe-se estas organizações como consumidoras potenciais de água e, conseqüentemente, integram o ciclo hidrossocial da água (COSTA, 2015; SWYNGEDOUW, 2004), provocando relações sociais assimétricas no território.

Metodologicamente, utilizou-se da pesquisa empírica por meio da aplicação da técnica da amostragem não probabilística não intencional, que, de acordo com Reis et al. (2015), é regida por critérios de conveniência e/ou disponibilidade dos inquiridos. Ainda, os autores salientam que a amostra por conveniência é selecionada em função da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que constituem a população-alvo.

Para tanto, teve-se uma amostra por julgamento e conveniência, aceitável e selecionada como representativa das OTMH Organização Turística de Meios de

Hospedagem (OTMH) de São Luís¹ (MA) e Belém (PA). O pesquisador selecionou a sua amostra estabelecida por critérios que julgou ser de mais valia para a recolha de dados. A este propósito, Eusébio, Kastenholz e Carneiro (2003) apontam que nas pesquisas em turismo, o processo de amostragem é comprometido face à falta de informação confiável sobre a população.

Nessa perspectiva, foram considerados para a entrevista os gestores e/ou técnicos das organizações turísticas. A conveniência deu-se a partir da disponibilidade e boa vontade do gestor e/ou técnico em responder o inquérito por formulário de entrevista semiestruturada (SILVA, 2012), que foi o instrumento metodológico adotado. Hodiernamente, a presente pesquisa enquadrou-se no contexto metodológico de um estudo de caso (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013; YIN, 2010) de caráter múltiplo, no qual propôs-se uma análise detalhada e concisa sobre o objeto de estudo com vistas a contributos para a promoção de ações intervencionistas.

2 A ÁGUA NA VIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

A água é um recurso natural importante para o planeta Terra. É um bem precioso que não pode ser desperdiçado. De conformidade com Siegel (2017), desde os tempos bíblicos, a água já era mencionada como um bem sagrado, e a própria bíblia hebraica dava orientações sobre como pensar a respeito. Ainda, Siegel (2017, p. 13)² menciona o episódio bíblico que “numa das cenas mais famosas da bíblia, no meio da perambulação do povo de israel, Moisés bate numa rocha, procurando por água fresca para beber – e flui um quantidade copiosa”.

A partir desta passagem bíblica, entende-se que o papel de Moisés, como guia divino, era prover a água. Então, tem-se a água como um ente imperioso desde os primórdios, que para Israel, a água tem uma representatividade importante em termos de segurança hídrica.

Nessa perspectiva, compreende-se atualmente a preocupação mundial com a água, uma vez que os recursos naturais historicamente (FOSTER, 2010; THOMPSON, 1998; MARX, 1982) são apropriados e cercados com vistas ao processo seminal de crescimento econômico. Então, o modelo societal de modernidade caracterizado pelo modo de produção capitalista (FOSTER, 2010, MARX, 1982) com forte concentração de atividades industriais é o mais usado e replicado na sociedade. Assim e como menciona Thompson (1998), a natureza como fator de produção, a qual a apropriação e o cercamento descortinam um cenário de escassez, esgotamento e de limites para a exploração dos bens naturais comuns. Logo, a questão crucial é saber como conciliar, dentro desse atual modelo societal, a prossecução do crescimento econômico de produção e consumo com as necessidades atuais de preservação e conservação ambiental na perspectiva do uso e consumo racional de água.

¹ Conforme o Anuário Estatístico (2015), a cidade de São Luís conta com 89 organizações de meios de hospedagem. Segundo Nascimento (2017), há 86 organizações de meios de hospedagem na Região Metropolitana (RM) de Belém.

² A obra “Faça-se a água” narra como Israel desenvolveu sua sofisticada maneira de lidar com a água em uma história que começou antes mesmo de sua independência. Aponta ainda que o planejamento hídrico e as soluções tecnológicas têm sido centrais em cada estágio de desenvolvimento do país e que mesmo antes de se tornar uma usina geradora de água, Israel usou seu know-how hídrico para contribuir com o estabelecimento de relações ao redor do mundo (SIEGEL, 2017, P. 7).

Desse modo, conforme Costa (2015) e Ravena (2012), a água é um recurso natural vital e essencial para a manutenção dos ecossistemas. Ravena (2006) aponta a existência de uma polissemia na definição do acesso à água. Remete-se a reflexão de que não há consenso sob qual princípio a água deve ser regulada, uma vez que ela é marcada em vários documentos, ora como bem público, recurso comum, ora como bem econômico.

Logo, urge-se por marcar um conceito que defina a água a partir do princípio de recurso vital e inserida no contexto universal comum. Costa (2015) sinaliza que a água é uma problemática da dinâmica urbana, tanto relacionada aos aspectos do consumo/uso como aos aspectos da disponibilidade acerca do saneamento ambiental. Para a autora, a água representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, é lócus de tensão e competitividade.

Nessa perspectiva, Costa (2015) aponta que os fluxos da água foram pensados com base na teoria do ciclo hidrossocial da água de Swyngedouw (2004). Para Costa (2015), Swyngedouw (2004) elegeu a água como um fio condutor, a partir do qual seria possível revelar uma série de relações sociais que perpassam processos espaciais de diferentes ordens. Esta teoria conota a água a partir de uma teia de relações sociais estabelecidas no território, cujo cerne é o processo de relações de poder. Dessa forma, a água percorre vias para conduzir estas relações e (re) configurar a paisagem urbana, a produzir os constrangimentos socioambientais.

Assim, a água é um elemento imprescindível para a sobrevivência dos seres humanos e considerada motriz importante para alavancar, em conformidade com Foster (2010), o processo produtivo do modo de produção capitalista por meio da metamorfose entre a natureza e a sociedade (MARX, 1982). Nesta direção, Morin (2016) e Fracalanza (2005) apontam que a água tornou-se uma mercadoria e Morin (2016) ainda destaca que ela serve cada vez mais de parada geopolítica e geoestratégica entre Estados.

De fato, Fracalanza (2005) aponta que a água historicamente é um imperativo desenvolvimentista entre os países. Verifica-se que o aumento da população, o desenvolvimento urbanístico das cidades, a expansão das atividades agrárias, industriais e comerciais e o acesso aos bens de consumo favorecido pelo progresso material e bem estar da sociedade capitalista são indicadores que evidenciam os problemas ambientais relacionados ao uso e disponibilidade de água. Tais contextos, ainda conforme a autora, denotam a água como mercadoria (MARX, 1982) neste recorte produtivo capitalista.

Nesse contexto, o problema da água ameaça a sobrevivência humana e integra a pauta das agendas e arenas políticas dos países. A água tornou-se limitada ao nível global e local (MORIN, 2016) e urge encontrar soluções inteligentes que contemplem todas as problemáticas em torno dos constrangimentos ambientais provocados por seu demasiado uso e consumo.

De fato, é um desafio às organizações turísticas encontrar soluções inteligentes para colmatar o dilema de reduzir os custos financeiros sem prejudicar a maximização do bem estar da demanda e minimizar a qualidade do serviço prestado. Gossling (2015) sinaliza que as reflexões acerca das implicações dos constrangimentos ambientais pelos agentes econômicos do turismo estão a tornar-se uma realidade. Todavia, ainda, conforme o autor, tal situação ainda é abordada de forma técnica e operacional.

Assim, percebe-se o turismo como uma atividade econômica de cariz socioambiental. Segundo Sinclair e Stabler (2009), o turismo é quase totalmente dependente do meio ambiente, tanto na forma natural como na criada com o propósito da mercantilização e maximização de receitas. Então, percebe-se que o meio ambiente é

o alicerce fundamental para a produção simétrica e assimétrica do turismo. Ainda sobre este aspecto, Harvey (2005) aponta a produção capitalista do espaço como o território dos conflitos em torno da mercantilização dos recursos naturais.

Cunha (2013), Gossling (2015), Sinclair e Stabler (2009), dentre outros que investigam o turismo a partir da dinâmica das organizações, afirmam que esta atividade é um consumidor potencial de recursos naturais dos destinos turísticos. Nesse aspecto, Gossling (2015) aponta que o consumo de água no turismo é intenso e por isso esta atividade necessita ser enquadrada como componente da bacia hidrográfica e do sistema de abastecimento hídrico, onde a atividade turística é desenvolvida.

Assim sendo, especificamente nas organizações turísticas de meios de hospedagem, as quais Gossling (2015) e Sinclair e Stabler (2009) apontam como as mais dinâmicas do turismo, já há a preocupação com a apropriação e o manejo dos recursos naturais. Os autores abordam, ainda, que a adoção de medidas de desempenho ambiental já é uma demanda encaminhada para a construção de agendas e diálogos. Desta maneira, têm-se mecanismos apropriados para dirimir as visíveis problemáticas ambientais atualmente existentes nas organizações turísticas.

Nesse aspecto, a inserção da questão da água pelo e para o turismo torna-se um desafio plausível diante da necessidade imperiosa de desenvolvimento sustentável. De fato, a água provoca um excedente de metabolismo energético por meio da sobrecarga de uso e consumo pela oferta turística dos serviços de meios de hospedagem, alimentação e lazer. Então, entende-se que a água é fulcral no processo de desenvolvimento turístico (GOSSLING, 2015), uma vez que ela faz parte da dinâmica espaciotemporal das organizações e dos atrativos turísticos.

Assim, entende-se ser necessária a introdução da problemática da água para avaliar a relação entre o seu uso e disponibilidade. Entende-se ser necessário também que as organizações turísticas adotem medidas de desempenho ambiental para a sustentabilidade. Neste contexto, a água torna-se um indicador para os processos de planejamento e gestão do território turístico com o fito de promover o turismo sustentável.

De fato, de acordo com Gossling (2015) e Sinclair e Stabler (2009), verifica-se que nas organizações de meios de hospedagem, por serem as mais populares do turismo, existem os meios eficazes para a coleta dos dados de consumo energético hídrico, uma vez que as fontes de informação (turistas e colaboradores do hotel) estão no mesmo espaço físico, concentradas, o que facilita o processo de recolha e confiabilidade da informação.

Os estudos de autores como Hof e Schimitt (2011), Gossling et al. (2012) e Tortella e Tirado (2011) são os mais relevantes quanto ao consumo energético hídrico pelo e para o turismo. Constatou-se, segundo os autores, que esse consumo energético se dá com maior frequência nas organizações de meios de hospedagem.

Outrossim, pode-se evidenciar que esses estudos concentram-se no uso direto da água por turistas, que Gossling et al. (2012) designam como o uso para a higienização dos turistas, e está no interregno de 80 – 2000l/turista/dia. Nesta acepção, Gossling (2015) aponta que é evidente a falta de dados acerca do uso final da água desagregada para o uso indireto, que se refere à irrigação dos jardins, cozinha, lavanderia, piscinas, saunas e chuveiros externos.

Assim, tecem-se críticas referentes aos poucos estudos no âmbito do consumo energético hídrico, uma vez que, conforme Gossling et al. (2012), o uso indireto é um bom indicador para medir a quantidade total da água utilizada nas organizações. Por conseguinte, arrisca-se a afirmar que a quantidade total de água utilizada é um fator

condicionante para o desenvolvimento econômico e do bem estar social do território turístico.

Então, a água é imprescindível nas organizações turísticas (GOSSLING et al., 2012) e a necessidade de medir com unidades operacionais a pressão do comportamento sazonal da demanda turística é uma tentativa de operacionalizar métodos quantitativamente exequíveis para sinalizar meios eficazes para a governança e a gestão do território turístico.

De acordo com Tortella e Tirado (2011), os custos da água desempenham um papel decisivo para a tomada de decisão dos stakeholders. Isso implica em adotar institucionalidades que viabilizem o consumo mais próximo de uma eficiência energética. Nas organizações turísticas de meios de hospedagem, verifica-se, de acordo com a literatura, que há uma preocupação com a crescente escassez da água, ao passo que isso já se constitui como um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do território turístico e uma demanda para as arenas políticas deliberativas.

Peremptoriamente, observa-se, em termos de uso e consumo de água na sociedade global, que o desperdício, a subutilização, a poluição, a má gestão e o planejamento limitado das ações ocasionam uma crise visível de água, evidenciando incertezas quanto à questão de ser ou não a água um recurso natural infinito e renovável. Gossling (2015) e Gossling et al. (2012) indicam que a criação de estratégias para a gestão da sazonalidade da demanda turística centradas na perspectiva do consumo de água é fulcral. De fato, tal procedimento contribui para diminuir os custos e preparar as organizações e os territórios turísticos para a necessidade de uso mais consciente da água.

A respeito, os destinos turísticos altamente sazonais podem ser beneficiados ao implementar institucionalidades adequadas de consumo hídrico. As características e hábitos de consumo de água da demanda turística, o tempo médio de permanência no destino, os eventos turísticos realizados, dentre outros são indicadores fiáveis para a medição, uma vez que no turismo há a pressão antrópica sobre os recursos naturais comuns (THOMPSON, 1998), principalmente os hídricos.

Então, nessa direção, os autores são relativamente consensuais quanto à importância da informação fiável de consumo hídrico direto e indireto e do comportamento espaciotemporal sazonal da demanda turística, pois essas informações dão possibilidades de criar indicadores para orientar as organizações a adotarem estratégias para a gestão adequada. Isso se constitui um desafio para adequar o consumo hídrico à necessidade de um aproveitamento sustentável pela demanda sazonal turística.

Nesse aspecto de limitações, verificou-se, de um modo geral nos estudos, que as informações dispersas de demanda turística, como hábitos de consumo de água, tempo de permanência, características do comportamento, assim como a quantidade total consumida do uso indireto da água, são as mais visíveis limitações na literatura analisada.

Desse modo, há na literatura mais trabalhos exploratórios que conclusivos. Desta maneira, outras questões, a exemplo dos padrões de consumo, conforme Hof e Schimitt (2011), são pertinentes, pois possibilitam ampliar a discussão acerca do comportamento espaciotemporal do turista com a inclusão de dimensões emocionais e comportamentais, principalmente dos segmentos de turismo mais elitizados com gostos e costumes mais elevados e extravagantes de consumo e desperdício de água.

Outrossim, há de se apontar que na literatura há o consenso de que a gestão da água deve ser prioridade no turismo, pois observa-se que nesta atividade um consumidor potencial usa e desperdiça, significativamente, água em escalas ao nível do

global ao local. Nesta direção, Tortella e Tirado (2011) apontam a importância de criar condições para o consumo sustentável da água e introduzir medidas de economia como estratégias para a gestão do comportamento espaciotemporal da demanda turística.

De fato, a demanda turística é uma variável importante neste processo, uma vez que estudos acerca do comportamento sustentável de turistas tornam-se um indicador para medir a sensibilidade ambiental face à crescente escassez de água e desdobrar-se-á na fidelização da demanda por serviços turísticos ambientalmente corretos e socialmente justos que contribuam para a promoção de um turismo mais responsável, tão necessário nestes tempos de crises socioambientais.

Dessa maneira, percebe-se uma literatura que vem se constituindo a partir de discussões importantes, no cenário global, acerca do debate sobre a apropriação dos recursos comuns naturais, especificamente no que tange às implicações do consumo de água para a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da dinâmica do turismo e do posicionamento das organizações, principalmente das organizações relacionadas ao setor produtivo de meios de hospedagem.

Nessa acepção, teceram-se fios teóricos reflexivos para alinhar o debate com vistas à revisão da literatura que inspira a investigação a responder aos seguintes questionamentos: a quem a água serve no turismo? Que relações de poder o turismo provoca com os recursos comuns naturais? Como a água poderá ser vista como um indicador de desempenho ambiental nas organizações turísticas de meios de hospedagem?

Então, percebeu-se que há um consenso na literatura de que a água deve ser tratada como um indicador fiável para a sustentabilidade dos territórios turísticos – organizações e atrativos – por meio de metodologias quantitativas que expliquem e orientem o comportamento acerca do uso e do consumo. Verificou-se, também, na literatura que a concentração da maioria dos estudos está nas organizações de meios de hospedagem, pois, segundo os autores, estas são as organizações mais populares do turismo e que fornecem a informações mais próximas de uma fiabilidade de consumo hídrico por demanda turística, principalmente no que tange às características e comportamento.

Ademais, ressalta-se a importância de estudar o turismo como um processo articulado de serviços. A decomposição dos serviços para a medição do metabolismo energético hídrico é imprescindível para a criação de um indicador que dê suporte à elaboração de estratégias para a gestão adequada do consumo hídrico pelo e para o turismo.

Constatou-se, na literatura, que a definição de consumo energético hídrico no turismo pode ser expressado pelo manejo da água para as organizações turísticas por meio do consumo direto e indireto medidos quantitativamente pelo comportamento espaciotemporal sazonal da demanda nos serviços turísticos, principalmente de meios de hospedagem.

Certamente, conforme verificado na literatura, há um consenso dos autores acerca da preocupação com a questão da água. Nisso, pode-se arriscar preliminarmente a concluir que o consumo energético - uso direto e indireto - pelo e para o turismo poderá a vir a ser uma via, ou melhor, um indicador para a avaliação do desenvolvimento sustentável dos territórios turísticos.

Com isso, criar estratégias capazes de abrandar as constantes pressões do turismo sobre o ambiente, especificamente as pressões relacionadas ao comportamento espaciotemporal sazonal da demanda turística e seus hábitos, costumes e cultura de consumo de água é fulcral nestes tempos de (re) enquadramento de modelos

desenvolvimentistas, principalmente os modelos relacionados ao consumo inteligente do território.

Logo, é um desafio para os stakeholders do turismo discutir em uma arena política interdisciplinar a questão hídrica para o planejamento e gestão da sustentabilidade ambiental na perspectiva do consumo energético hídrico para as significativas organizações de serviços atreladas ao turismo.

Assim, atenta-se para a necessidade de propor um quadro teórico com categorias analíticas que forneça uma nova estratégia eficaz combinada - teoria/empíria - para explicar a apropriação dos recursos naturais comuns pelo e para o turismo. Então, também ressalta-se a capacidade de validar as políticas de criação de estratégias com vistas a intervir neste atual quadro de metabolismo energético hídrico pelo e para o turismo e que, minimamente, possam dar condições para que o consumo energético hídrico possa ser um indicador de eco-inovação e que o turismo siga a via para o desenvolvimento sustentável, resiliente e responsável, principalmente nas organizações e nos territórios localizados em recortes deprimidos de desenvolvimento econômico.

Por conseguinte, é salutar entender a pressão das organizações turísticas sobre os recursos hídricos e compreender esse visível conflito socioambiental em torno dos bens comuns. Logo, os acordos institucionais centrados na gestão da água tornam-se necessários nas organizações de serviços atreladas ao turismo para que medidas com vistas ao desempenho ambiental promovam implicações, quer na gestão técnica e econômica, quer na qualidade de serviço prestado.

Salienta-se que o turismo, como qualquer atividade econômica, é responsável por um conjunto de impactos socioambientais associados ao consumo de recursos energéticos, ao consumo de água, ao consumo de energia, à produção de resíduos e às emissões de gases de efeito estufa. Desta maneira, urge enquadrá-lo nos modelos advindos das orientações emergentes mundiais acerca de sustentabilidade e desenvolvimento, concernentes à adoção de melhores práticas de eco-inovação para a sustentabilidade de produtos e serviços que garantam a utilização eficiente e inteligente de recursos comuns naturais e atenuem a pressão antrópica sobre os bens comuns.

Assim, tenta-se compreender de que modo o consumo de água impacta no desempenho das organizações turísticas e a adoção de estratégias para o desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, este questionamento torna-se necessário, principalmente porque urge, nas organizações turísticas, a adoção de tecnologias sustentáveis e inovações ambientais.

Todavia, salienta-se que nos territórios turísticos subdesenvolvidos e periféricos, onde o fluxo turístico é altamente sazonal, comprometendo a performance econômica, investir em tecnologias e inovações ambientais torna-se um investimento irrelevante e oneroso, face à realidade de desenvolvimento econômico gradual e incipiente do turismo.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM (OTMH) DE SÃO LUÍS (MA) E BELÉM (PA)

As OTMH, objeto da pesquisa, estão distribuídas espacialmente nos municípios brasileiros de São Luís e Belém, capitais dos estados federativos do Maranhão (MA) e Pará (PA), respectivamente. Nota-se que São Luís (MA) e Belém (PA) integram geopoliticamente a Amazônia Oriental Brasileira. São Luís (MA) foi incorporada à Amazônia Brasileira Legal, Lei 1.806 de 06.01.1953, como área de atuação da

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que atualmente é a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Conforme a SUDAM (2012), a Amazônia Brasileira Legal foi criada a partir das estratégias de desenvolvimento regional e incorpora os estados federativos do Mato Grosso, a porção territorial norte, e do Maranhão, a porção territorial a oeste do meridiano de 44°, que corta a cidade de São Luís.

As OTMH são também conhecidas como edifícios não-residenciais e também designados não-habitacionais (SOARES, 2010). Ainda, Soares (2010, p. 9) define que:

[...] um edifício é considerado como um edifício não habitacional ou não residencial, quando a pequena parte do prédio, isto é, menos de metade da sua área bruta, é usada para fins de moradia. Nos edifícios não habitacionais podem-se incluir, entre outros, edifícios do tipo: industriais, comerciais, de ensino, de saúde e hotelaria.

256

A legislação brasileira sobre os meios de hospedagem sinaliza que estes edifícios não-habitacionais devem seguir uma padronização por meio do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem. A legislação (SBCLASS)³ é o sistema de classificação de meios de hospedagem desenvolvido pelo MTur para aumentar a competitividade do setor hoteleiro no Brasil, que foi instituído por meio da Portaria Ministerial nº 100 de 16 de junho de 2011.

Na presente pesquisa, apenas os hotéis e as pousadas foram analisados, uma vez que as outras denominações de meios de hospedagem não se enquadraram no âmbito deste trabalho. Com isso, ressalva-se que em São Luís (MA) foram analisados 11 hotéis e nove pousadas e, em Belém (PA), 15 hotéis e nenhuma pousada, conforme os Mapas 1 e 2 de distribuição espacial das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente.

De acordo com as Tabelas 1 e 2, pode-se perceber que em São Luís (MA), nove pousadas e 11 hotéis e, em Belém (PA), 15 hotéis, participaram da pesquisa de campo. Ressalta-se que em São Luís (MA), as OTMH estão distribuídas nas zonas⁴ Z-1 e Z-5, respectivamente, que abrangem o Centro Histórico e a área da Litorânea, áreas fortemente turísticas da capital maranhense.

Observa-se que as UH, nas duas cidades brasileiras, foram ampliadas. Segundo o Relatório Executivo do Plano Ver-o-Pará (2012), mais de 3.000 UH em Belém e, de acordo, com o AE Perfil do Turista – ano base 2013-2014 (SETUR SÃO LUÍS, 2015), mais de 1.000 UH em São Luís (MA). Igualmente, as OTMHSL e OTMHBEL analisadas possuem o CADASTUR, e isso representa um avanço em termos de institucionalidades para o fomento do turismo no país, por meio do ordenamento, legalização e certificação dos prestadores de serviços turísticos.

³ As OTMH analisadas, tanto de São Luís (MA) como de Belém (PA), não seguem a padronização do SBCLASS, como orienta o MTur.

⁴ A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) utiliza o sistema de zoneamento, as “zonas” para designar as áreas para o abastecimento de água. Como a cidade de São Luís é um destino turístico e existe a problemática da água, as áreas turísticas para efeito de institucionalização de políticas públicas são conhecidas como a Z-1, o Centro Histórico e a Z-5, a litorânea, área das praias.

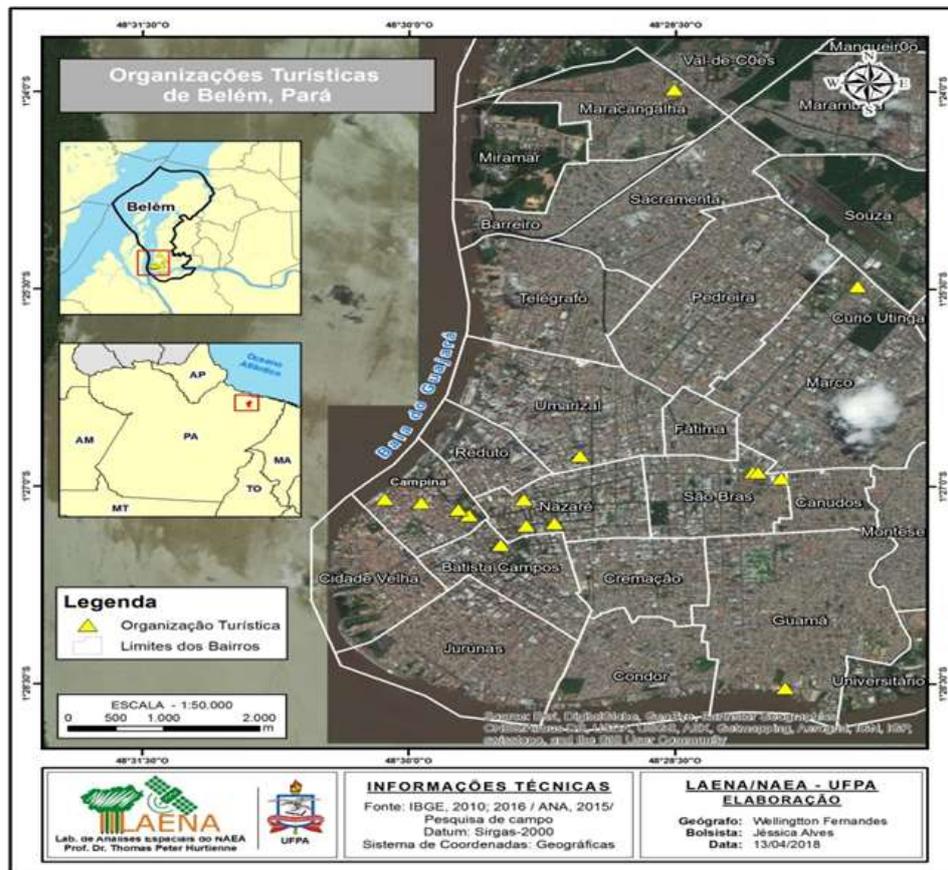
Mapa 1- Distribuição espacial das OTMH de São Luís (MA).



Fonte: Projeto do mapa: E. Gomes, W. Fernandes.

Percebe-se que em São Luís (MA), 20% das OTMH pertencem às redes hoteleiras e 80% são de base familiar. Em Belém (PA), 33,5% pertencem às redes e 66,5% familiar. Esse resultado mostra que as OTMH, nesses dois destinos turísticos, ainda são o território das organizações familiares ou da gestão independente, que, segundo Wada e Camargo (2006), são hotéis independentes, que, habitualmente, pertencem a um grupo de proprietários ou famílias que conduzem diretamente a gestão de seus negócios.

Mapa 2- Distribuição espacial das OTMH de Belém (PA).



Fonte: Projeto do mapa: E. Gomes, W. Fernandes.

Assim sendo, a seguir, as Tabelas 1 e 2 apresentam a caracterização das OTMH SLS e OTMH BEL, a partir das variáveis categoria, UH e Cadastur.

Tabela 1 - Caracterização das OTMH SLS (Categoria, UH, Cadastur), São Luís (MA), 2017.

OTMH SLS	Categoria	Unidades Habitacionais (UH)	Cadastur
OTMH1SLS	Hotel	216	Sim
OTMH2SLS	Hotel	211	Sim
OTMH3SLS	Pousada	36	Sim
OTMH4SLS	Pousada	27	Sim
OTMH5SLS	Pousada	17	Sim
OTMH6SLS	Hotel	35	Sim
OTMH7SLS	Hotel	105	Sim
OTMH8SLS	Pousada	16	Sim

OTMH9SLS	Pousada	14	Sim
OTMH10SLS	Pousada	18	Sim
OTMH11SLS	Pousada	15	Sim
OTMH12SLS	Pousada	12	Sim
OTMH13SLS	Hotel	78	Sim
OTMH14SLS	Hotel	243	Sim
OTMH15SLS	Pousada	20	Sim
OTMH16SLS	Hotel	111	Sim
OTMH17SLS	Hotel	56	Sim
OTMH18SLS	Hotel	78	Sim
OTMH19SLS	Hotel	120	Sim
OTMH20SLS	Hotel	155	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Tabela 2 - Caracterização das OTMHBEL (Categoria, UH, Cadastur), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Categoria	Unidades Habitacionais (UH)	Cadastur
OTMH1BEL	Hotel	38	Sim
OTMH2BEL	Hotel	77	Sim
OTMH3BEL	Hotel	29	Sim
OTMH4BEL	Hotel	258	Sim
OTMH5BEL	Hotel	405	Sim
OTMH6BEL	Hotel	216	Sim
OTMH7BEL	Hotel	361	Sim
OTMH8BEL	Hotel	127	Sim
OTMH9BEL	Hotel	153	Sim
OTMH10BEL	Hotel	285	Sim
OTMH11BEL	Hotel	32	Sim
OTMH12BEL	Hotel	130	Sim
OTMH13BEL	Hotel	162	Sim
OTMH14BEL	Hotel	69	Sim
OTMH15BEL	Hotel	90	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Ainda, Wada e Camargo (2006, p. 54,) mencionam que nessas organizações familiares:

Encontram-se os extremos: os melhores e os piores produtos e serviços. Por um lado, ao não estarem submetidos a padrões preestabelecidos por cadeias hoteleiras, pode-se agregar conceitos sem a preocupação de consistência de marca. Por outro, tal liberdade os desobriga de atualização de produto ou mesmo de profissionalização para proporcionar serviços adequados às expectativas dos hóspedes.

Tal contexto permite entender a baixa intensidade do espírito empreendedor dessas organizações, que executam de maneira independente as suas rotinas

organizacionais, sem acompanhar a dinâmica de expansão e as tendências do mercado hoteleiro e, tampouco, sem inovar as suas estratégias para obter vantagem competitiva, principalmente em se tratando da gestão dos negócios.

A considerar, a habilitação acadêmica com mais relevância dos gestores ou técnicos entrevistados é a de Administração de Empresas, com 50% em São Luís (MA) e 66,5% em Belém (PA). Outras habilitações relevantes em São Luís são Turismo, 15%, e Hotelaria, 5%. Belém (PA) tem-se a formação acadêmica em Engenharia Civil, com 13%, sendo seguida pela graduação em Turismo, 6%.

De fato, demonstra-se que a formação acadêmica na área de gestão é a que mais predomina. Essa realidade pode ser entendida pelo fato de que os cursos acadêmicos de Administração de Empresas oferecem mais oportunidades de emprego na área da hospitalidade comercial, que, de acordo com Nascimento (2016), é a atividade desenvolvida em meios de hospedagem numa relação entre consumidor e fornecedor de serviços de hospitalidade, alimentos e bebidas, dentre outros, composto por elementos tangíveis e intangíveis, visando sempre a gestão do lucro nas organizações.

Outrossim, embora nas respectivas capitais brasileiras, em questão, existam os cursos acadêmicos de Turismo (UFPA; UFMA) e Hotelaria (UFMA), eles não são a condição indispensável para a inserção no mercado hoteleiro local. Todavia, os egressos destes cursos podem contribuir para a promoção da inovação e a criação de novos mercados e produtos.

Nessa direção, Dathein (2015) sinaliza que o processo de aprendizado é um importante insumo produtivo, responsável pelas constantes inovações. Logo, percebe-se o ambiente acadêmico como o local onde se cria e se acumula o conhecimento, visando ao desenvolvimento de competências e capacitações.

Nesse aspecto, a orientação de Schumpeter (2012) corrobora, ao enfatizar que o processo de aprendizado é a condição fulcral para a dinâmica das inovações. Assim, o distanciamento existente entre as OTMH e o ambiente acadêmico favorece a precarização da profissionalização contínua do setor. Wada e Camargo (2006) apontam que esta profissionalização envolve a pesquisa acerca da habitabilidade, hospitalidade e sintonia do indivíduo com o espaço, que na visão dos autores resultará em melhorias contínuas no plano da infraestrutura, arquitetura, mobiliário e logística do mercado hoteleiro.

Com relação ao gênero, as OTMH analisadas de São Luís (MA) possuem nos seus quadros gerenciais, 50% do gênero feminino, ao passo que nas OTMH de Belém (PA), 26,5%. Estes dados evidenciam a ascensão feminina nestas organizações turísticas, que comumente eram dominadas pelo gênero masculino. Sánchez-Fernández e Remoaldo (2015) revelam que as mulheres gerentes de OTMH dão mais importância às questões sociais do que os homens. Tal contexto de questões sociais é introduzido nas rotinas organizacionais e não se limitam somente às preocupações no contexto da produção do trabalho, mas também às questões inerentes ao meio ambiente.

Esse dado é interessante, pois confirma, mais a frente, que as duas únicas OTMH de São Luís (MA), que se enquadraram nos objetivos da pesquisa, são

gerenciadas por mulheres: uma na gerência de manutenção de uma organização de rede e a outra na gerência geral da organização de base familiar. Este resultado empodera a capacidade gerencial das mulheres em assumir cargos de direção em organizações com orientação socioambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo com a recolha de dados decorreu desde a primeira quinzena de outubro de 2017 à segunda quinzena de janeiro de 2018, com 20 e 15 OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, cujos representantes atenderam aos critérios acima mencionados e reservaram de 30 a 45 minutos dos seus afazeres profissionais para a entrevista.

Então, para a análise e discussão dos dados recolhidos, optou-se em renomear as OTMH para garantir o anonimato, assim como evitar a judicialização da pesquisa. Outrossim, as respostas fornecidas não as identificam, pois o sigilo foi preservado de modo absoluto, conforme o acordo firmado para a autorização das entrevistas.

Logo, para São Luís (MA), tem-se OTnSLS; para Belém, apresenta-se OTnBEL, em que: OT significa organização turística, n é o número ordinal da entrevista realizada, SLS é a sigla para São Luís e BEL a sigla para Belém. As OTMH analisadas apresentam fragilidades operacionais acerca da sustentabilidade para a eco-inovação e no contexto, do consumo de água, acentuam-se ainda mais as fragilidades.

Percebe-se que, de um modo geral, o mito do acesso infinito do recurso natural água é presente no imaginário social e cultural local. Logo, desperdiçar água e não levar em consideração a possibilidade de uma escassez hídrica, faz parte do cotidiano amazônico e das organizações, principalmente ligadas ao turismo, a exemplo das OTMH analisadas/pesquisadas. O consumo perdulário de água está presente em 75% e 100% OTMH analisadas de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente.

Assim, percebe-se que nas unidades habitacionais (UH), na lavagem geral, na troca de água da piscina, na irrigação dos jardins e nos restaurantes das OTMH demanda-se intensamente o consumo de água. Gossling (2015) aponta que quanto mais luxuosa for a OTMH, mais perdulário é o consumo.

De fato, conforme Gossling (2015), nota-se na literatura críticas referentes à inconsistência de dados sobre o uso final da água desagregada para o uso indireto, que Gossling et al. (2012) indicam que é o uso para a irrigação dos jardins, cozinha, lavanderia, piscinas, saunas e duchas externas. Ainda, Gossling et al. (2012) ratificam que o uso indireto é um bom indicador para medição da quantidade total de água utilizada nas OTMH.

Outrossim, observa-se que nas OTMH, o desperdício de água e energia é alto, gerando conseqüentemente um elevado custo financeiro. Soares (2010) adverte que a falta de cuidados e até pontuais faltas de civismo, por parte da demanda, acarretam isto. Ainda, Soares (2010) afirma que não é fácil incentivar a poupança de água nos edifícios não habitacionais, ou seja, as OTMH.

Quanto ao gerenciamento do processo do consumo de água, verifica-se que 75% e 100% das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, utilizam

estratégias e instrumentos para medir e planejar o consumo de água. O hidrômetro⁵ é utilizado 75% e 100% nas OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA).

Conforme Soares (2010), a presença de medidores de consumo nas instalações prediais é um fator que muito influencia o consumo de água; e, ainda segundo Soares (2010), a ausência de controle impede que a faturação seja feita com base no consumo efetivo. Todas as OTMH analisadas nas duas cidades possuem este instrumento, que faz parte da rede de abastecimento de água, CAEMA em São Luís (MA) e COSANPA em Belém (PA).

Em seguida, tem-se 25% e 46,5%, respectivamente, nas OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA) que usam a planilha de ocupação das UH. Nota-se que as informações das planilhas tentam orientar os gestores a planejar estratégias para atenuar o consumo perdulário.

Tortella e Tirado (2011) ressaltam que o custo financeiro da água nas OTMH é alto e, que por essa razão, as organizações turísticas já marcam estes custos financeiros nas agendas de planejamento e gestão, desempenhando um papel decisivo para a tomada de decisão.

Em relação à requalificação da infraestrutura predial, pode-se observar que 100% das OTMH analisadas de São Luís (MA) e Belém (PA) executam obras de manutenção na infraestrutura predial. Conforme a afirmação das seguintes organizações turísticas: OT2SLS, OT3SLS, OT4SLS, OT6SLS, OT9SLS, OT10SLS, OT16SLS, OT17SLS, OT1BEL, OT3BEL, OT6BEL, OT7BEL, OT10BEL, OT11BEL, OT12BEL, OT13BEL, OT14BEL e OT15BEL, a infraestrutura predial é obsoleta e necessita regularmente de manutenção preventiva. Soares (2010) sinaliza que os edifícios não habitacionais e, os meios de hospedagem, precisam ter a cultura da manutenção preventiva.

De fato, estas organizações turísticas citadas têm uma infraestrutura predial de aproximadamente 40 anos de existência e, por conta desse tempo, apresentam fragilidades físicas, que comprometem os sistemas prediais de abastecimento de água. Ressalta-se, segundo as OTMHSLs, especificamente nas OTMH do Centro Histórico, que existe a questão legal do tombamento da maioria das edificações. Destaca-se que caso, alguma edificação necessite de manutenção ou adequação da infraestrutura predial, há a exigência de uma autorização do Instituto do IPHAN para a execução das obras.

Ainda, Soares (2010) afirma que os sistemas prediais de abastecimento devem garantir o fornecimento de água de forma contínua, em quantidade suficiente, com pressões e velocidades adequadas ao perfeito funcionamento dos aparelhos e das tubagens usadas.

Todavia, percebe-se, em conformidade com as OTMH analisadas, que há uma manutenção deficiente, assim como uma falta de investimentos em tecnologias sustentáveis. Justifica-se tal contexto, ainda de acordo com as OTMH analisadas, em face da sazonalidade da demanda, que compromete o fluxo de caixa, uma vez que o investimento é oneroso para um retorno financeiro baixo, principalmente no período considerado no mercado turístico de baixa temporada.

Nesse aspecto, Pimentel e Costa (2008) indicam que a formulação de estratégias para a gestão da sazonalidade da demanda turística urge para atenuar os custos

⁵ O hidrômetro é um instrumento de medição e contador volumétrico de água que registra a previsão de consumo.

financeiros da oferta turística. Gossling (2015) e Gossling et al. (2012) enfatizam que as estratégias para a sazonalidade devem ter o indicador água como diretriz para orientar as OTMH quanto de uso mais consciente da água. Peremptoriamente, na criação de estratégias para a sazonalidade turística, o uso da água e a manutenção preventiva da infraestrutura predial devem ser prioridades no planejamento e gestão das OTMH.

No que diz respeito ao comportamento da demanda, concorda-se que ele compromete o consumo de água na organização. Pode-se verificar isso em 85% e 100% das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente. Nesta acepção, observa-se que, em ambas OTMH e cidades, os informantes afirmaram que a demanda de turistas nacionais é a mais perdulária, sem distinção de procedências.

Essa evidência é justificada pelo clima quente e úmido, característico da Amazônia Brasileira, que, naturalmente, faz um convite ao ato de tomar banho várias vezes ao dia. Soares (2010) ressalta que quanto mais quente for a região, maior é o consumo de água. Menciona, ainda, que a umidade também exerce influência no consumo, sendo este maior em zonas mais secas do que em zonas mais úmidas.

Além disso, Soares (2010) aponta que os hábitos da população na utilização da água, afetam seu consumo. Isto é, uma pessoa gasta água para um determinado fim de acordo com os seus hábitos de vida. Hábitos estes, que podem ser totalmente diferentes para cada pessoa.

No tocante a isso, percebe-se que nas OTMH analisadas, o maior consumo de água, está diretamente relacionado à higienização, que Sousa e Eusébio (2013) constatam que os consumos mais elevados numa unidade hoteleira ocorrem precisamente nos quartos de hóspedes. Ainda, Sousa e Eusébio (2013) ressaltam que uma das medidas de conservação de água muito comum nas OTMH é a existência de programas de reutilização de roupa de banho e de cama. Este programa de reutilizar as roupas de banho e de cama acontece de maneira frequente nas OTMH analisadas.

Outrossim, aponta-se também que por conta da maioria da demanda ser nacional, o desperdício de água é alto. Este fato vem despertando a atenção dos gestores quanto ao comportamento espaciotemporal da demanda. Todavia, não se pode afirmar que a maioria da demanda nacional é perdulária, uma vez que, segundo a OT8SLS, a demanda nacional e local que toma a decisão de estada na organização é consciente e adequa-se às normas estabelecidas.

Ruschmann (2000) menciona que o perfil da demanda por turismo ecológico no Brasil é mais consciente quanto à preservação e conservação dos recursos naturais. Então, a partir deste pensamento mais “ecologizado”, percebe-se, que aos poucos, o mercado turístico nacional iniciou um esforço para se adequar às orientações da sustentabilidade.

Logo, verifica-se que no cenário nacional há um tímido comportamento pró-sustentável de demanda por serviços ligados ao turismo, especialmente direcionados às OTMH, que quanto mais “ecologizada” é a missão e os valores da organização, mais sensível é a demanda turística ao tema. Este comportamento pode ser mais percebido na demanda estrangeira; segundo a OT3SLS e OT12SLS, não há preocupação com o consumo perdulário em face de que a maioria da demanda é estrangeira e colabora com o consumo consciente.

Quanto às variáveis do comportamento da demanda, pode-se averiguar que 10% das OTMH analisadas de São Luís (MA), marcam duas variáveis para a elaboração de estratégias para minimizar o desperdício no consumo de água. Em Belém (PA), as OTMH analisadas não trabalham com as variáveis do comportamento da demanda para os fins descritos acima.

As duas variáveis utilizadas são: as demográficas, que minimamente permitem caracterizar o comportamento espaciotemporal da demanda; e o hábito de uso da água, que fornece informações acerca do comportamento individualizado dos sujeitos em relação à água, a exemplo, a frequência e tempo no banho, frequência para o uso de autoclismo nas sanitas e frequência para o uso das torneiras.

Esses dados, para além de virem confirmar a necessidade de ter as informações quantitativas confiáveis de demanda e oferta turísticas, reforçam o que Tortella e Tirado (2011) marcam como de suma importância, que é a introdução de medidas de economia de água por meio de estratégias elaboradas a partir do comportamento da demanda turística.

Quanto ao consumo de água ser utilizado como indicador de sustentabilidade para a eco-inovação, verifica-se que 10% das OTMH analisadas de São Luís (MA) consideram o consumo de água como um indicador de sustentabilidade para a eco-inovação da organização. A OT8SLS afirma que este é o seu diferencial no mercado, uma vez que é a bandeira do empreendimento e que a organização foi planejada para estes fins, atendendo às expectativas, principalmente dos proprietários, que assumiram a organização com a proposta da sustentabilidade definida como diretriz principal para o fomento das atividades na organização.

Isso é levado com seriedade, visto que a maioria dos equipamentos para o consumo de água é eficiente e tem a finalidade de equacionar o consumo perdulário, a exemplo de autoclismos com cargas diferenciadas, torneiras com sensores ou temporizadores, torneiras com regulação automática de temperatura e redutores de caudal em torneiras. Essas recomendações também são vistas por Sousa e Eusébio (2013) nas OTMH portuguesas.

Outra organização turística, a OT14SLS, potencializa o consumo de água como indicador e bandeira da sustentabilidade da rede, principalmente por conta da realidade local de deficiência no abastecimento de água em São Luís (MA). Na OT14SLS, há uma Estação de Tratamento de Água (ETA) que reusa as águas residuais advindas dos aparelhos de ar condicionado, assim como outros tipos residuais de água, que passam por todo um processo de decantação e condicionamento para, em seguida, ser distribuída no sistema interno de abastecimento de água da organização.

As OTMH de Belém (PA) ainda não marcam o consumo de água como indicador de sustentabilidade para a eco-inovação. As OT4BEL e OT5BEL estão começando a se organizar para tal feito, mas ainda está no planejamento de expansão da rede, apostar na sustentabilidade como bandeira futura. Assim sendo, verificam-se, em Belém (PA) mais práticas paliativas ambientais do que potenciais práticas inovadoras que qualifiquem estas OTMH como sustentáveis para a eco-inovação.

O que diz respeito à existência de poço artesiano e ciência da certificação da qualidade da água, pode-se observar-se que 70% e 80% das OTMH analisadas de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, possuem o poço artesiano com a certificação atualizada. Estes dados revelam que o uso do poço artesiano ainda persiste nessas duas cidades, principalmente por causa do processo tardio da implantação dos sistemas de abastecimento de água, que sempre apresentam deficiência, gerando a falta de água e ocasionando, principalmente em São Luís (MA), mais perfurações no solo, porém de maneira irregular.

A esse respeito, em São Luís (MA) foi realizado no dia 26 de outubro de 2017, no auditório da Federação de Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), o Seminário dos Estudos Hidrogeológicos da Região Metropolitana de São Luís: subsídios para o uso sustentável dos recursos hídricos. Este evento foi executado pela Secretaria do

Estado de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (SEMA/MA) em parceria com a ANA e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

O objetivo dos estudos hidrogeológicos é possibilitar a verificação da demanda atual de águas subterrâneas por meio do cadastro de poços, possibilitando a orientação da definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas da ilha de São Luís, visando a sua preservação e uso sustentável por meio de um modelo de gestão das águas.

Estes estudos fazem parte da Agenda de Águas Subterrâneas da ANA, instituída com base no Programa Nacional de Águas Subterrâneas (PNAS), que tem como finalidade fortalecer a gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais do país. Além disso, estes estudos hidrogeológicos são um projeto piloto para todo o país e pretende-se seguir para Belém (PA) e Manaus (AM).

De acordo com Cunha et al. (2012), a SEMA/MA, órgão gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos, a partir de uma análise de cenário acerca da realidade socioeconômica e ambiental da região metropolitana de São Luís, iniciou os diálogos acerca da necessidade de estudos específicos para uma gestão que garanta os usos múltiplos e a exploração sustentável dos recursos hídricos subterrâneos.

Ainda segundo Cunha et al. (2012) é de fundamental importância a realização dos estudos sobre o aquífero na região metropolitana de São Luís. Assim, percebe-se que há a necessidade de conhecer sumariamente estas águas subterrâneas para fins de ordenamento e desenvolvimento territorial. Logo, a realização deste Seminário contribuiu para que as partes envolvidas possam ratificar o compromisso de executar estes estudos, que darão uma prospecção para que as águas subterrâneas e superficiais sejam exploradas de modo sustentável, visando as gerações futuras e o desenvolvimento territorial sustentável.

No que se refere à falta de água, segundo a OTMH nas duas cidades há interrupções de fornecimento com frequência. De fato, conforme, CAEMA⁶ e COSANPA⁷, há falhas no sistema de abastecimento de água. A CAEMA sublinha que há uma deficiência histórica no abastecimento de água, principalmente relacionada à adutora⁸ que estava em funcionamento, que era antiga e precária, pois data do Governo João Castelo (1979-1982).

A concessionária maranhense salienta que o sistema de abastecimento de água, ao longo de vários governos, não recebeu os investimentos que deveria ter recebido nas últimas décadas, ocasionando as constantes interrupções no abastecimento, causados por vazamentos na adutora. Logo, para dirimir esta debilidade, a CAEMA adota o

⁶ Primeiramente, contatou-se com a área técnica da CAEMA através de ligação telefônica e, em seguida, teve-se autorização, sem a necessidade de ofício e carta de apresentação da pesquisa de campo, para a entrevista na Sede Central da Companhia, localizada na Rua Silva Jardim, nº 307, Centro, São Luís (MA).

⁷ Já a área técnica da COSANPA solicitou o ofício com a carta de apresentação da pesquisa de campo, para autorização da entrevista.

⁸ Destaca-se que no dia 6 de dezembro de 2017, a CAEMA operacionalizou o funcionamento da nova adutora do Sistema Italuís, com 19 km de extensão em aço. Trata-se de 19 km de tubulação de aço mais espesso e seguro. Segundo a CAEMA, é uma obra de R\$ 134 milhões, complexa e de grandes proporções e que depois de instalada, o novo sistema vai captar 500 litros a mais por segundo, que significa 30% a mais de água para aproximadamente 600 mil moradores. Com a adutora nova, a concessionária espera melhorar em quantidade e qualidade o abastecimento de água em São Luís (MA). Esta ação faz parte do Programa “Água para Todos”, lançado no dia 15 de junho de 2015, no Governo “Flávio Dino”. Este programa governamental tem como objetivo prioritário atenuar o acentuado e histórico problema do abastecimento de água em São Luís.

rodízio de água nas zonas de abastecimento, que popularmente é conhecido como o “dia da água”, com fito de que a população local economize e armazene água.

Conjuntamente, as duas concessionárias afirmam que o crescimento populacional, nas duas capitais, em questão, também contribui para o desmantelamento do sistema, uma vez que a demanda por água aumenta e isto acarreta a sobrecarga nos fluxos volumétricos, promovendo um abastecimento descontínuo e deficitário. Todavia, CAEMA e COSANPA notam que frequentemente diligências são feitas para dirimir a problemática e promover a manutenção do sistema para normalizar o fornecimento de água.

Em São Luís (MA), os bairros foram divididos em seis zonas de abastecimento pela CAEMA, a saber: Zona 1 (Z-1); Zona 2 (Z-2); Zona 3 (Z-3); Zona 4 (Z-4); Zona 5 (Z-5); e Zona 6 (Z-6). No caso, as OTMH analisadas estão localizadas na Z-1 (Centro Histórico) e Z-5 (São Francisco, Ponta d’Areia, Calhau e Litorânea), que segundo a CAEMA, é a zona de abastecimento que mais padece com a falta de água, uma vez que o solo tem influência do estuário de cunha salina⁹ que compromete o lençol freático.

A CAEMA afirma que as perdas de água são altas, em torno de 60%, em decorrência: dos constantes vazamentos da estrutura precária da antiga adutora; da ocupação desordenada, que favorece as ligações clandestinas de água; e do comportamento perdulário da população local. Isto agrava o contexto deficitário do abastecimento de água em São Luís (MA). De fato, um dos maiores desafios das concessionárias de água é o controle das perdas de água. Entretanto, as ações de redução de perdas são realizadas.

O técnico da CAEMA destaca o Tubo Ajustador de Vazão (TAV), as Válvulas Reguladoras de Pressão (VRP) e, o Metro de Coluna D’Água (MCA), como exemplos de equipamentos que auxiliam estas ações. Também ressalta que está em fase de elaboração, pela diretoria técnica, o projeto de “Novos Arranjos de Controle e Medição”, principalmente com a implantação dos Distritos de Medição e Controle (DMC).

Segundo Souza Júnior (2014), os DMC são áreas de controle menores, obtidas a partir da subdivisão dos setores de abastecimento de água. O autor ainda salienta que a partir dos DMC é possível estabelecer o gerenciamento das pressões e vazões nestas áreas de menor abrangência, visando reduzir as perdas de água que ocorrem nos sistemas de distribuição.

Em Belém (PA), a COSANPA é responsável por 80% do consumo de água na área urbana e ratifica o combate às perdas no abastecimento de água e afirma que o percentual de perdas mensal é de aproximadamente 48%. A concessionária paraense menciona que a ocupação desordenada e o consumo perdulário da população também são fatores que contribuem para estas perdas. A concessionária menciona que 9m³/s é a capacidade de produção de água.

Um dado importante que ambas as concessionárias enfatizaram é a existência da cultura do desperdício de água. Isso pode estar ligado aos costumes e hábitos locais, pois a água ainda é vista como recurso natural abundante. Para CAEMA e COSANPA, as ações de combate ao desperdício devem também contemplar programas

⁹ A cunha salina é o fenômeno que consegue salinizar o rio e o solo mais a montante do que a inversão do fluxo, devendo ser este um fenômeno adequadamente monitorado, considerando que pode passar despercebido na camada de água superficial e estar ocorrendo nas águas mais profundas, justamente nos níveis das tomadas de água para irrigação e abastecimento humano (RELATÓRIO, 2007).

interinstitucionais de educação ambiental que sensibilizem a população local e as organizações quanto à possível escassez hídrica e à necessidade da poupança de água.

Tendo ainda, as medidas tomadas pelas OTMH, verificou-se que 90% das OTMH analisadas de São Luís (MA) compram água das empresas de caminhão-pipa, seguido de 100% com reservatórios de acumulação, a cisterna e a caixa d'água. Por conseguinte, em Belém (PA), percebe-se que 80% usam a água do poço artesiano, seguido de 100% com reservatório de acumulação, no caso, a caixa d'água.

Nessa direção, percebe-se que o comércio de venda de água por meio das empresas de caminhão-pipa, em São Luís (MA), é incentivado por este contexto de fornecimento deficitário de água. Segundo a maioria das OTMHSLs, a falta de água propiciou o negócio dos caminhões-pipa. As empresas comercializam o tanque cheio, equivalente a 15.000 litros, em média, dentre R\$ 160,00 e R\$ 260,00, conforme solicitação e frequência, uma vez que é inevitável não comprar água, pois quando a demanda aumenta nas OTMH e os reservatórios de acumulação estão com o nível baixo de água, a complementação tem que ser feita por este procedimento.

Ademais, segundo estas OTMHSLs existem as empresas legais¹⁰ e certificadas pela SEMA/MA, assim como existem as empresas clandestinas, que comercializam livremente sem autorização legal e ofertam o tanque de 15.000 litros, por um preço muito abaixo do praticado pelas empresas legais.

Segundo as OT1SLS, OT2SLS e OT13SLS, a despesa com a compra de água afeta o fluxo de caixa da organização, uma vez que a rubrica é deslocada para uma despesa que poderia ser evitada caso o abastecimento de água fosse contínuo e frequente em São Luís (MA). A OT1SLS, por não ter o poço artesiano, é dependente 100% do caminhão-pipa e afirma que é desafiador para o mercado da hotelaria local sobreviver nessas intempéries, principalmente as OTMH localizadas na Z-5, que é a zona de abastecimento mais atingida pela falta de água e sofre influência da cunha salina.

De acordo com a OT14SLS, a questão da água em São Luís (MA) não é obstáculo, e sim, oportunidade, visto que a organização optou em investir e tornar a economia da água como uma das bandeiras da rede, uma vez que uma ETA foi construída especificamente para diferenciar a organização das demais existentes no território turístico ludovicense.

A esse respeito, segundo a OT8SLS, o problema da água em São Luís (MA) também não foi obstáculo para a implementação da sustentabilidade na organização, pelo contrário, foi o impulso para certifi-cá-la, por meio da NBR 15401, que tem o consumo de água como indicador de sustentabilidade. A organização não compra água do caminhão-pipa e usa a água dos reservatórios de acumulação, que passa por um processo de tratamento físico-químico para garantir a qualidade.

Outra organização turística que não compra água das empresas de venda de água é a OT12SLS, pois ela garante que os reservatórios de acumulação dão conta da demanda por água na organização, uma vez que o público é constituído de uma maioria de estrangeiros, que, segundo ela, é consciente e colabora com a sustentabilidade da organização.

Em Belém (PA), as OTMH não compram água; e, de fato, não é percebida na cidade, a circulação dos caminhões-pipa de água e tampouco o comércio intenso de

¹⁰ Pode-se citar as seguintes empresas: Águamax, H2O, Água Doce, Eco Água, Trans Água, Qualy Água, Cristal Água, dentre outras. Tentou-se contatá-las para maiores informações, mas elas não aceitaram participar da pesquisa.

comercialização de água. Em conformidade com as OTMHBEL, o complemento da água é feito por meio dos reservatórios de acumulação, principalmente a caixa d'água, uma vez que o uso de cisterna não é tão comum como em São Luís (MA).

De um modo geral, a água não é vista como uma oportunidade de sustentabilidade pelas OTMHBEL. O entendimento pode estar relacionado pelo fato de que a questão da água não é tão alarmante, como é na capital maranhense. Todas concordam que falta água, mas não por um período extenso, e quando isso realmente acontece, usa-se a água dos reservatórios, que, imediatamente, faz em a reposição da água, por meio de bombeamento nos poços artesianos.

Ademais, é importante destacar que as OTMHBEL não reclamam da água e sim da energia elétrica, uma vez que a maioria tem poço artesiano e o funcionamento dá-se por meio da energia elétrica. Por essa razão, a conta de energia é muito mais cara que a conta de água despertou o interesse em algumas organizações entrar para o mercado livre de energia.

5 CONCLUSÃO

Os problemas atuais relacionados aos recursos hídricos obrigam a sociedade a pensar em estratégias para o uso e consumo conscientes. No tocante, ao processo de desenvolvimento econômico, a água é um fator de produção, à qual se atribui um valor de uso e troca. Assim sendo, a água não é apenas um recurso natural indispensável à sobrevivência humana, ela também é um fator condicionante do desenvolvimento econômico, visto que na medida em que o território promove o crescimento econômico, conduz a um estado de alerta para o seus usos e disponibilidades.

Assim, conforme a literatura consultada, o setor do turismo, de um modo geral, é um consumidor nato de água, tanto pelo lado da oferta, por meio da organização industrial, como pelo lado da demanda, por meio dos hábitos e costumes de uso e consumo dos turistas. Nota-se, de fato, que as organizações turísticas de meios de hospedagem consomem um volume de água que, muitas vezes, está atrelado a perdas residuais. Isto é um dado que mostra a necessidade de se escalonar adequadamente o consumo de água nas organizações turísticas.

Em face a isso, a discussão dos principais resultados encontrados na pesquisa foi incisiva para mostrar que as OTMH, tanto de São Luís (MA), como de Belém (PA), não percebem no recurso natural "água", oportunidades empreendedoras de competitividade entre as organizações, que se traduza em vantagens competitivas. Nota-se, que a maioria das OTMH analisadas, nessas duas capitais brasileiras, não aposta na água como diferencial no mercado.

De fato, apenas 10% das OTMHSLs analisadas adotam a prática da sustentabilidade para a eco-inovação e apostam na água como indicador. É um dado incipiente dentro de um mercado turístico que tende a ser mais competitivo e exigente quanto ao compromisso ético com a sustentabilidade ambiental.

Ainda de acordo com os resultados, percebeu-se que as implicações do consumo de água levam a maioria das OTMH analisadas, tanto em São Luís (MA) como em Belém (PA), à adoção de medidas meramente preventivas para combater os custos financeiros advindos do consumo perdulário da demanda, majoritariamente de nacionais com hábitos e costumes de desperdício de água.

Isso posto, confirma-se que o consumo de água, na perspectiva da sustentabilidade para a eco-inovação ainda não é uma realidade e tampouco prioridade, na maioria das OTMH analisadas. Segundo a maioria das OTMH entrevistadas, a

demanda de turistas é sazonal para um investimento oneroso, que o mercado da sustentabilidade exige. Logo, o investimento em sustentabilidade para a eco-inovação ainda não tem rubrica no planejamento financeiro dessas organizações turísticas.

Com isso, confirma-se a hipótese que orientou a pesquisa, de que o setor produtivo de turismo em São Luís (MA) e Belém (PA) vem, há muito tempo, trabalhando com a perspectiva do turismo como potencial, mas sem conseguir efetivá-lo de fato como produto. Então, em face a isso, todo e qualquer posicionamento destas organizações turísticas, em relação à sustentabilidade para a eco-inovação, torna-se irrelevante.

Acerca das implicações do consumo de água (falta de água, consumo perdulário, custo financeiro) foi confirmada que a tomada de decisão é meramente paliativa, diretamente proporcional à otimização de custos financeiros, sem expressar, de fato, uma medida de sustentabilidade para a eco-inovação como vantagem competitiva e diferencial no mercado turístico. Somado a isso, tem-se o agravante do nível cultural, da maioria dos gestores destas OTMH, que sabem, em parte e com limitações, acerca da sustentabilidade para a eco-inovação nas organizações.

De fato, verifica-se que a atividade turística na Amazônia Oriental Brasileira ainda está na fase de potencial, tanto do lado da oferta como do lado da demanda. Este quadro compromete o planejamento das organizações, principalmente no pujante processo da sustentabilidade para a eco-inovação, pois em se tratando da Amazônia Brasileira, o território da rica biodiversidade do planeta, mais ainda há a necessidade de se formularem políticas públicas de turismo centradas no viés da sustentabilidade e incentivar as organizações turísticas a adotar práticas ambientais para a competitividade no setor.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA- ABAE. *Green Key and the sustainable development goals 2015 – 2030*. [s.l:s.n.] 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCLASS). *Manual de Identidade Visual*. Brasília, DF: MTUR, 2011.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. *Programa de Integração Intrarregional da Amazônia: diagnósticos e projetos*. Belém, PA, 2012.

COSTA, M. A. M. A questão hídrica na metrópole fluminense: um olhar sob a dinâmica da gestão (DITA) participativa. *Norus Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, RS, v. 3, n. 4, p. 176-207, jul./dez. 2015.

CUNHA, C. F. *et al.* Relevância de estudos hidrogeológicos na região metropolitana de São Luís, Maranhão. *Revista Águas subterrâneas - Suplemento*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS., 27, 2012, Maranhão. *Anais*. Maranhão, 2012. p. 1- 4.

CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. 3. ed. Lisboa, Portugal: Lidel edições técnicas, 2013.

DATHEIN, R. Teoria neoschumpeteriana e desenvolvimento econômico. In: DATHEIN et al. (org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015. v. 1. p. 193-222.

EUSÉBIO, C.; KASTENHOLZ, E.; CARNEIRO, M. J. *A relevância da investigação no ensino do turismo: algumas estratégias de intervenção na realização do inquérito*. Livro de Actas das 3^{as} Jornadas Ibéricas do Turismo, Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior de Educação, Coimbra, Portugal, 2003. p. 39-51.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. *Planejamento da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas, 2013.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Teresa Machado. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2010.

FRACALANZA, A. P. Água: de elemento natural a mercadoria. *Sociedade & Natureza* (UFU. Impresso), Uberlândia, MG, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2005.

GOSSLING, S. New performance indicators for water management in tourism. *Tourism Management*, v. 46, p. 233-244, 2015.

GOSSLING, S. et al. Tourism and water use: Supply, demand, and security. An international review. *Tourism Management*, v. 33, p. 1-15, 2012.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D. Scenario planning for sustainable tourism: an introduction. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 20, n. 6, p. 773-778, 2012.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOF, A.; SCHIMITT, T. Urban and tourist land use patterns and water consumption: Evidence from Mallorca, Balearic Islands. *Land Use Policy*, v. 28, p. 792-804, 2011.

MARX, K. *O capital: resumo dos três volumes por Julian Borchardt*. 7. ed. resumida. Rio de Janeiro, RJ: LTC. 1982.

MORIN, E. *A via para o futuro da humanidade*. Lisboa, Portugal: Piaget, 2016.

NASCIMENTO, J. L. B. do. *Modelo para medir nível de satisfação do hóspede como fator de excelência nos serviços hoteleiros*. 2016. 172 f. Tese (Doutorado em Turismo), Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.

OURIQUES, H. R. O turismo na periferia do capitalismo. In: OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea, 2005. p. 91- 100.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo do Pará. Ver-o-Pará. *Plano Estratégico de Turismo. Relatório Executivo (2012-2020)*, 2012. Disponível em:

http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano_ver-o-para.pdf . Acesso em : 25 jan. 2017.

PIMENTEL, E. M.; COSTA, C. Gestão da sazonalidade: processo de desenvolvimento de estratégias. In: MATIAS, A.; SARDINHA, R. *Avanços em economia e gestão do turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 207-228, 2008.

RAVENA, N. *Os caminhos da regulação da água no Brasil: demiurgia institucional ou criação burocrática?* Curitiba, PR: Appris, 2012.

RAVENA, N. A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito? In: CASTRO, E. (org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém, PA: CEJUP, 2006. p. 85-104.

REIS, E. *et al. Estatística aplicada*. Lisboa. 6. ed. (rev.). Portugal: Sílabo, 2015. v. 2.

RELATÓRIO FINAL. *Monitoramento e avaliação da introdução da cunha salina no estuário do rio são francisco*. Recife, PE: Fundação Apolônio Salles, 2007.

RUCHMANN, D. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. *Turismo-Visão e Ação*, v. 2, n. 5, p. 81, 2000.

SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M. D.; REMOALDO, P. C. A. Práticas de responsabilidade social nos hotéis desde a perspectiva de género. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 23, p. 49-58, 2015.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Turismo. Observatório do Turismo da cidade de São Luís. *Anuário estatístico perfil do turista*. Ano base 2013-2014. São Luís, MA: SETUR SÃO LUÍS, 2015.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico: um estudo sobre lucro empresarial, capital, crédito, juro e ciclo da conjuntura*. 4. ed. Tradução do original alemão intitulado *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, de Joseph Schumpeter, 6. ed. 1964 (reimp.). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

SIEGEL, S. M. *Faça-se a água: a solução de Israel para um mundo com sede de água*. São Paulo, SP: EDUC, 2017.

SILVA, A. C. Da. entrevista. In: ELLIOT, L. G. (org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2012. p. 149-192.

SINCLAIR, M. T.; STABLER, M. *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília, DF: UNB, 2009.

SOARES, A. M. M. *Análise dos consumos de água em edifícios não habitacionais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil, Universidade do Porto, Porto, 2010.

SOUSA, N.; EUSÉBIO, C. Análise da gestão ambiental nos hotéis portugueses. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v. 12, n. 2, p. 60-74, 2013.

SOUZA JÚNIOR, J. do C. *Distritos de medição e controle como ferramenta de gestão de perdas em redes de distribuição de água*. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SWYNGEDOUW, E. *Social power and the urbanization of water: flows of power*. Oxford - England: Oxford University Press, 2004.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, SP: Companhia das letras. 1998.

TORTELLA, B. D.; TIRADO, D. Hotel water consumption at a seasonal mass tourist destination. The case of the island of Mallorca. *Journal of Environmental Management*, v. 92, p. 2568-2579, 2011.

WADA, E. K.; CAMARGO, L. O. de L. Os desafios da hotelaria. *GV-executivo*, São Paulo, SP v. 5, n. 1, p. 53-57, fev./abr. 2006.

WORLDWATERFORUM, 2018. Disponível em: <www.worldwaterforum8.org/pt-br/home>. Acesso em: 12 fev. 2018.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

The dynamics of tourism organizations and water consumption in São Luís (MA) and Belém (PA)

Abstract

This thesis discusses the limits and possibilities of the natural water resource to become an opportunity of competitive advantage in the tourism sector, particularly in tourist accommodation organizations. From this perspective, questions arise about the place and role of these tourist organizations in the political and socioenvironmental water scenario. Therefore, the objective was to analyze the extent to which the implications of water consumption position the tourist organizations of accommodation, in São Luís (MA) and Belém (PA), the formulation of sustainability strategies for eco-innovation. For this purpose, the study is based on a review of the literature on theories that explain economic development from a Schumpeterian and Neoschumpeterian view, as well as the approach to sustainable development on the path to water sustainability in the tourism sector. Based on the literature review, a hypothesis was suggested and tested in the empirical part of the thesis through an analysis of the dynamics of tourism organizations concerning the implications of water consumption in these two amazonian cities in question. The methodology had the interdisciplinary orientation

between economics and anthropology, through the development of qualitative research of an exploratory, descriptive and explanatory type with the procedure of the case study of multiple character. For this, the technique of semi-structured interview with the application of the instrument form was used. This analysis is based on data obtained through interviews-formulary aimed at chief executives of the tourism organizations and water companies. The results show that the strategies adopted by tourism organizations are merely palliative measures directly proportional to the optimization of financial costs. With this, the water issue, especially in the face of the possibilities of a growing water crisis, becomes important for research and, in the tourism sector, water can be an opportunity for sustainability strategy for eco-innovation, promoting the responsible and smart tourism.

Keywords: *Dynamics of tourism organizations. Water consumption. São Luís (MA). Belém (PA).*

Artigo recebido em 19/02/2019. Artigo aceito em 14/06/2019.